

INTRODUÇÃO

*Maria Ligia de Oliveira BARBOSA**

A proposta de coordenação desse dossiê representou uma oportunidade importante para apresentar questões, debates e avanços que se produziram recentemente nas análises sociológicas da educação produzidas no Brasil. E a qualidade do trabalho dos autores que apresentam seus textos, apesar de reduzir o espaço disponível para essa introdução, vai tornar evidente o conjunto de novas abordagens que dão maior e melhor visibilidade para esse campo de pesquisa que, apesar de existir há muitos anos em nosso país, nem sempre é adequadamente valorizado. Temos aqui um conjunto de estudos, alguns dos quais apresentados em reuniões da ANPOCS, no grupo “Educação e Sociedade”, que procuram mostrar como se articulam duas dimensões da educação que têm efeitos notáveis como fatores de produção das desigualdades sociais. Em primeiro lugar, a própria organização do sistema escolar, em todos os seus níveis e modalidades, com todos os agentes sociais aí presentes (professores, diretores, alunos, pais, autoridades). Em segundo lugar, a transfiguração da escolaridade e dos certificados escolares em recursos socialmente valorizados no mercado: títulos acadêmicos, formação tecnológica, grupos profissionais.

Nesse quadro, em que se desenvolvem novos formatos e significados da escolarização, merece destaque a diversificação dos ensinamentos superior e médio, pontos nevrálgicos para a compreensão das relações entre educação e desigualdade social. Essa diversificação se manifesta tanto na ampliação das escolhas de carreiras quanto nas diferenças de duração dos cursos, assim como na intensa diferenciação dos valores atribuídos aos diplomas produzidos nos diferentes ramos e níveis desse sistema bem como das disputas envolvidas nesse processo. Identifica-se aí uma série de mudanças no significado e no peso da educação nos processos de produção e transformação de identidades e hierarquias no mundo contemporâneo.

* UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Departamento de Sociologia. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 20051-070. E-mail: mligiabarbosa@gmail.com.

Assim, esse dossiê propõe-se como uma crítica das análises mais estreitas, seja por serem marcadas por um viés muito econômico, onde alunos e professores transformam-se em números sem substância social, ou muito casuístico, em que estudo da “escola Aconchego da Titia” pretende dar conta do sistema brasileiro de educação. Esse tipo de análise, que se debate entre excessiva tecnologia estatística e ausência completa de teorias explicativas, não consegue fazer avançar o conhecimento do mundo social para compreender, no sentido weberiano do termo, o sentido das práticas sociais relacionadas à educação e das novas trajetórias de formação assim como o valor atribuído à escolarização numa sociedade cada vez mais complexa. Para além dos chavões pseudo-críticos, busca-se, em cada um dos textos dessa coletânea, fazer uma sociologia das formas institucionais, dos sentidos e valores da educação que disputam o domínio como sistema ou base principal de legitimação das desigualdades sociais no Brasil. Ou seja, através de diversas pesquisas empíricas, sustentadas por abordagens teórico-metodológicas qualificadas, procura-se entender como a diversificação do sistema escolar brasileiro tem funcionado, particularmente nos níveis mais elevados, que agentes sociais interferem nesse processo e que efeitos a educação teria sobre os diferentes grupos e trajetórias sociais. Fugindo dos determinismos de todo tipo, procuramos aqui entender as mudanças no significado e no peso da educação nos processos de produção e transformação de identidades e hierarquias no mundo contemporâneo.

O primeiro texto, de Graça Setton, trata de uma das mais importantes contribuições teóricas para a sociologia da educação, o conceito de *Habitus*, de Pierre Bourdieu, incorporando alguns de seus críticos. Esse conceito é utilizado de uma perspectiva sociológica e não determinista, ou seja, entendendo o *habitus* como um diálogo entre o indivíduo e a sociedade, incorporando as dimensões de ação e decisão que fazem desse indivíduo um agente social capaz e responsável, mesmo que socializado numa sociedade específica, com acesso a recursos socialmente distintos. E justamente esse diálogo aparece em toda sua força na área das práticas culturais, em que a diversidade do mundo simbólico associa-se à autonomia dos indivíduos para construir e reconstruir matrizes culturalmente distintas, refazendo sempre as bases de legitimação vigentes em cada sociedade. Esse artigo, cuidadosamente argumentado, fornece conceitos e possibilidades analíticas que ajudam a compreender as relações entre as formas e trajetórias distintas de escolarização, sem cair no bacharelismo ou academicismo como únicas alternativas legítimas de educação.

Partindo de outra abordagem teórica, o segundo artigo, de Ana Teixeira, retoma essa noção de agente social para reconstruir, através dos depoimentos de jovens, as tramas que envolvem o ensino técnico em nossa sociedade. Criticando o que chama de modelos mecânicos, a autora mostra que “a noção de trajetórias enquanto percursos desenhados por sujeitos socializados (que sofrem ingerências diversas: família,

escola, sociedade do consumo, etc.) capazes de fazer face à imprevisibilidade que os cercam tem se mostrado mais apropriada à análise sobre como jovens trabalhadores obtêm a formação, a qualificação e competências necessárias ao desenvolvimento de suas atividades”. E se os depoimentos evidenciam as dificuldades das transições entre escola e trabalho, também permitem compreender a instituição escolar como espaço de possibilidades e alternativas.

Com o terceiro trabalho, entramos no interior dessa instituição escolar para compreender as formas do trabalho e das práticas dos docentes do ensino superior, que seriam vistos a partir das reais condições de sua produção e não do discurso acadêmico sobre a própria excelência. Analisando um vasto conjunto de dados (entrevistas, documentos, currículos), o estudo de Glícia Gripp se propõe a analisar a prática docente, verificando quais são os principais problemas encontrados pelos professores universitários na sala de aula, a relação dos professores com a didática, a dimensão profissional do docente, a formação, a criação e a manutenção da identidade profissional dos docentes universitários. A abordagem baseada na sociologia das profissões permite descobrir dimensões pouco conhecidas desse grupo social, cujo papel crucial nos processos educativos é muito afirmado e muito pouco analisado.

O quarto artigo discute outro ângulo do funcionamento das instituições escolares, também considerado crítico: aquele do conhecimento pedagógico e sua presença na formação dos professores. Em seu artigo, Laélia Moreira traça a evolução das concepções da Pedagogia no Brasil para mostrar a demarcação desse campo de conhecimento e seus entrelaçamentos com aqueles da Sociologia, da Filosofia e das chamadas ciências auxiliares. Nesse debate, busca-se delimitar o espaço específico do conhecimento pedagógico, estabelecendo as definições do objeto e, sobretudo, do método característico da Pedagogia. A análise evidencia o quanto ainda resta por definir no caso dos debates brasileiros e permite indagar sobre os diferentes pesos da ideologia e do conhecimento na formação dos nossos professores. Como os resultados nefastos em termos do aprendizado dos alunos já são bem conhecidos, é possível perguntar-se se esses resultados não poderiam ser vistos como efeitos igualmente nefastos da renúncia ao método e à ciência contida, veladamente, nas concepções dominantes do pensamento pedagógico brasileiro.

Com o quinto e o sexto artigos fecha-se a discussão com a análise dos processos de democratização do ensino superior em duas dimensões distintas. No artigo de Hustana Vargas examinam-se os efeitos da expansão sistema de ensino superior sobre as relações de poder entre os grupos de profissionais egressos do mesmo. Já o artigo de Antônio Augusto Prates aborda os mecanismos institucionais que possibilitaram a abertura desse sistema no mundo inteiro.

O artigo de Vargas retoma os dados sobre a expansão do ensino superior no Brasil na virada do século para analisar o quanto esse processo gerou de modificações nas hierarquias dos títulos profissionais em nosso país. Examinando seus dados a partir de conceitos weberianos e bourdieusianos, a autora mostra que “a inserção particular de Medicina, Direito e Engenharia no quadro nacional, especialmente em sua feição corporativo-profissional, a manutenção de um perfil socioeconômico elitizado dos profissionais destas áreas e sua diferenciação interna no campo do ensino superior agregam-se no sentido de manter a hierarquia das carreiras e sua contraface em termos de desníveis salariais acentuados no mercado”. Sua pergunta final sobre o quanto essa desigualdade seria alimentada pelas próprias instituições de ensino superior, pelo seu modo de funcionamento, remete à problemática analisada por Prates, no sexto artigo.

O artigo de Prates representa uma contribuição significativa no desvendamento de algumas “idéias recebidas”, com diria Flaubert, sobre a forma, a força e os efeitos da privatização do ensino superior. Analisando os processos de expansão do ensino de terceiro grau tanto sob o prisma da chamada “mercantilização” quanto sob o prisma da diferenciação institucional, o autor aborda o caso brasileiro chamando a atenção para os obstáculos à democratização do ensino superior no nosso país que seriam gerados pelos modelos institucionais dominantes no setor público, não necessariamente pelo fato de serem públicos. Esses obstáculos atingiriam particularmente os cursos sequenciais ou tecnológicos, desenvolvidos principalmente em instituições privadas dadas as resistências aos mesmos em universidades públicas, onde prevalece o modelo de universidade de pesquisa. Essa abordagem, que pode ser efetivamente chamada de crítica, oferece instrumentos objetivos para o questionamento de discursos pretensamente democratizantes sobre os rumos da universidade brasileira.

A partir de enfoques distintos, esse conjunto de artigos permite compreender analiticamente os processos sociais que organizam os sistemas de ensino no Brasil. Em cada um deles aparece de forma clara a necessidade fundamental da pesquisa empírica para a Sociologia da Educação. Pesquisa empírica esta que permite desvendar, para além das ideologias, das “idéias recebidas”, dos preconceitos, quais seriam os agentes sociais responsáveis pela produção e, porque não dizer, reprodução das relações sociais altamente desiguais que caracterizam a sociedade brasileira. Ou seja, permite buscar os caminhos possíveis de uma efetiva democratização da escola brasileira em todos os níveis.